

## Por unanimidade, assembléia de 21/6 reafirma greve

**A**ssembléia da Adusp aprovou, por unanimidade, a continuidade da greve — e considerou de máxima importância a participação dos colegas em atividades na Assembléia Legislativa (previstas para terça-feira, 22/6, e quarta-feira, 23/6) e no grande ato a ser realizado diante do Palácio dos Bandeirantes, na sexta-feira, 25/6.

Decidiu ainda submeter ao Fórum das Seis a proposta de apresentar ao Cruesp o índice de 9,41% como contraproposta para o reajuste da data-base; e aceitar os parâmetros propostos pelo Fórum das Seis na fórmula de política salarial, exceto o limiar de arrecadação a partir do qual poderemos ter reajuste, que pretendemos que

seja de R\$ 31,7 bilhões e não R\$ 32 bilhões.

Com o intuito de intensificar a pressão sobre a Assembléia Legislativa, a assembléia da Adusp decidiu divulgar a lista de endereços eletrônicos dos deputados, para que sejam enviadas mensagens pedindo apoio às nossas emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que aumentam os repasses de recursos às universidades públicas estaduais e o Ceeteps.

A Comissão de Panfletagem está encarregada de elaborar material de divulgação para o Ato no Palácio — que deverá contar com a participação de outras categorias do funcionalismo público, como os professores da rede pública estadual e o setor da Saúde — e



Assembléia de 21/6, na Geografia: unanimidade e disposição de luta

discutir a implementação das propostas surgidas na assembléia, entre as quais uma passeata na USP e uma aula pública fora do campus.

### Assembléia geral da Adusp

5ª feira, 24/6, às 14 horas, no Auditório da Geografia

#### Pauta:

Organização do ato de 25/6  
Discussão sobre o semestre letivo  
Avaliação do movimento

### Calendário de Atividades

#### 3ª feira, 22/6

11h00 – Reunião na Assembléia Legislativa, no Colégio de Líderes

14h30 – Reunião da Comissão de Panfletagem, na sede da Adusp

17h00 – Negociação do Fórum das Seis com o Cruesp, em Campinas

#### 4ª feira, 23/6

10h30 – Debate com as lideranças partidárias, no Anfiteatro da Escola de Aplicação

14h30 – Audiência com o secretário de Planejamento na Comissão de Finanças da AL

#### 5ª feira, 24/6

10h00 – Setoriais

14h00 – Assembléia geral da Adusp

#### 6ª feira, 25/6

Passeata e ato diante do Palácio dos Bandeirantes

# Aumenta a pressão sobre a Assembléia Legislativa

Cerca de 4 mil pessoas participaram da passeata realizada na tarde de 16/6, do Masp à Assembléia Legislativa. Os manifestantes das universidades contaram com o importante reforço dos trabalhadores da Saúde, que retomaram a greve, e dos estudantes das Fatecs. Conseguimos lotar os plenários da Assembléia Legislativa e intensificar a pressão sobre os deputados estaduais, em favor da aprovação das emendas que aumentam o repasse de verbas para as universidades públicas estaduais e para o Centro Paula Souza (Ceeteps).

A passeata coloriu as avenidas Paulista e Brigadeiro Luiz Antonio, com faixas e bandeiras, e recebeu o apoio de transeuntes e moradores dos prédios ao longo do trajeto. Não houve incidentes. Na chegada à Assembléia, foi realizado um ato do lado de fora. Houve um acordo com os deputados para garantir a entrada de 300 manifestantes, credenciados pelo Fórum das Seis.

No plenário principal da casa, lotado pelos manifestantes, vários deputados da Oposição declararam seu apoio às reivindicações do Fórum das Seis e à greve das universidades públicas estaduais, iniciada no dia 27 de maio. Somente dois deputados da bancada governista estavam presentes.

A deputada Beth Sahnão (PT) criticou o baixo reajuste proposto pelo governo aos funcionários da Saúde, e a falta de disposição do governo Alekmin para negociar com os grevistas do setor público. “Essa política do governo do PSDB de expansão das universidades públicas sem aumento do repasse de recursos vai acabar deteriorando o ensino público gratuito em nosso Estado”, afirmou. “Não vejo nenhuma sinalização por parte do governo e dos reitores para ampliar o repasse. E nós tivemos crescimento do

ICMS, sim”.

A deputada Maria Lúcia Prandi (PT) destacou a “demonstração de unidade e organização” do Fórum das Seis. Disse que seu partido apresenta há anos a emenda que fixa em 2,1% da cota-parte do ICMS o repasse para o Ceeteps, e que é preciso aumentar o repasse para as universidades públicas estaduais: “Queremos a garantia dos 11,6% para as universidades, para que tenhamos uma expansão responsável”. Acrescentou que há excesso de arrecadação do ICMS: “É possível, sim, conceder reajuste”.

O deputado Marcelo Cândido (PT), formado em Geografia pela Unesp de Rio Claro, criticou o “total descaso” do governo estadual para com as reivindicações do Fórum das Seis e o “desmonte da educação no Estado, particularmente das universidades”. Afirmou que o governador Alekmin usa a autonomia universitária como pretexto para não negociar reajustes. “A presença do PSDB no governo do Estado responde, em grande parte, pela situação precária das nossas universidades”.

Também manifestaram apoio às reivindicações do Fórum das Seis os deputados Rafael Silva (PSB), Donisete Braga (PT) e Enio Tato (PT). O deputado José Bitencourt (PTB), que tentou defender o governo estadual das críticas do deputado Marcelo Cândido, foi estrondosamente vaiado pelos manifestantes, seguidas vezes.

O deputado Enio Tato, vice-líder do PT, criticou o comportamento do governo do Estado, “de não dialogar com aqueles que estão em greve”. Protestou também “contra o comportamento desta casa”. Ele relatou que não foi possível um encontro entre o Fórum das Seis e o colégio de líderes, pois vários destes estavam ausentes; que o presidente da Assembléia



**Passeata: reforço dos trabalhadores da saúde e dos estudantes das Fatecs. Na foto ao lado, manifestantes do Fórum das Seis lotam o plenário principal da Assembléia Legislativa: pressão total sobre os deputados**

Legislativa, deputado Sidney Beraldo (PSDB), recusou-se a conceder audiência às lideranças do movimento; e que também o líder do governo, deputado Vanderlei Macris (PSDB), negou-se a receber o Fórum das Seis.

Ao final do dia, os manifestantes dividiram-se em grupos para passar nos gabinetes dos deputados, solicitando-lhes que assinassem uma declaração de apoio às nossas emendas à LDO. Praticamente todos os gabinetes foram visitados, protocolando-se a entrega da declaração naqueles que não a devolveram imediatamente. Para a aprovação, são necessários 48 votos. A Oposição, porém, tem no máximo 30 votos. A aprovação das emendas exigirá, portanto, a adesão de uma parte da bancada governista, o que dependerá de muita pressão nos próximos dias.



**Mande seu recado para os deputados**

Para consultar a lista de endereços eletrônicos dos deputados estaduais, acesse a página eletrônica [www.adusp.org.br/ldireta](http://www.adusp.org.br/ldireta)

# Relato da audiência com o Governador em Marília

O governador Geraldo Alekmin (PSDB) recebeu uma representação do Fórum das Seis e estudantes, no final da tarde da sexta-feira, 18/6/2004, em Marília, para tratar de nossa pauta de reivindicações. O governador estava lá encerrando um ciclo de encontros no interior.

Participaram da conversa a professora Sueli Guadalupe Mendonça, diretora da Adunesp, representando a coordenação do Fórum das Seis; o professor Vandei Pinto da Silva, da Adunesp Marília; o professor Américo Sansigolo Kerr, presidente da Adusp; a professora Cecília Colares, da Adunicamp; Jair Souza, do Sintunesp; Sílvia Lima, do Sinteps; e dois estudantes de centros acadêmicos da Unesp de Marília — Daniel Silva e Marcos D. A. Filho.

A professora Sueli abriu a audiência apresentando as reivindicações do movimento, defendendo dentre elas o aumento do repasse da cota-parte do ICMS para 11,6%, e fazendo menção à queda na arrecadação desse tributo, provocada entre outros motivos pela decisão do governo estadual de isentar do pagamento as compras feitas pelo Estado. Criticou, também, a expansão de má qualidade da Unesp.

O Governador respondeu imediatamente que não há isenção nessas compras. Objetamos citando o decreto-lei 48.034/03, que isenta as compras do Estado, gerando uma situação em que o montante líquido de arrecadação permanece igual, mas cai a arrecadação bruta. Reduz-se assim a base sobre a qual são calculados os repasses vinculados. Alekmin ficou, então, de “ver” essa questão.

O professor Kerr continuou a exposição do Fórum das Seis destacando a importância da educação pública, destacando o ensino superior.

Mencionou que o Estado atende muito pouco: somente 1,8% dos jovens com idade de 18 a 24 anos têm acesso às universidades públicas; e somente 18% dos jovens dessa mesma faixa etária têm acesso ao ensino superior, quando consideradas também as instituições privadas. Isso representa um enorme atraso em relação às nações desenvolvidas, onde este percentual chega a ultrapassar os 60%.

O aumento do repasse do ICMS para 11,6% e 2,1% para o Centro Paula Souza, reiterou, permitiria ampliar o atendimento da população e fortalecer três universidades públicas que são uma referência no Brasil e no exterior. Destacou, ainda, o grave problema da sonegação fiscal, que retira dinheiro de todos os serviços públicos, e criticou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), cuja finalidade maior, frisou, é garantir o pagamento dos banqueiros, às custas dos serviços e investimentos públicos.

A representante do Sinteps, Sílvia Lima, cobrou de Alekmin o compromisso, reiterado mais de uma vez, de que determinaria um reajuste salarial após a suspensão da greve de 80 dias do Ceeteps.

## Sonegação e controle

Ao responder a esses questionamentos, o Governador assumiu que existe uma alta sonegação fiscal, mas sustentou que o governo estadual está procurando combatê-la. Informou que o Estado está contraindo empréstimo de 30 milhões de dólares no Banco Interamericano de Desenvolvimento, com a finalidade de modernizar o sistema arrecadador. Citou especialmente o controle da arrecadação dos setores de combustível e bebidas.

Alekmin apresentou vários outros motivos para a queda da arrecadação do ICMS, en-

tre os quais a transformação de parte das atividades produtivas em serviços (que geram receitas de ISS, arrecadadas pelos municípios) e a isenção concedida aos produtos destinados à exportação.

O Governador afirmou ser impossível aumentar para 11,6% da cota-parte do ICMS o repasse às universidades. Ele disse que os Reitores têm autonomia e que “não precisa nem de lei para dar o reajuste”. Quanto ao Centro Paula Souza, comprometeu-se a conceder um reajuste, mas no contexto do conjunto do funcionalismo estadual. Não tocou, no entanto, na questão de destinar 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza.

Sobre a crítica à expansão de baixa qualidade que vem ocorrendo na Unesp (sem infra-estrutura, com uso de professores conferencistas ou itinerantes), alegou que isso vem ocorrendo “só em regiões pobres, para dar-lhes um incremento”. Disse não cogitar de fazê-lo em regiões como Campinas...

Alekmin concordou que a

LRF beneficia os banqueiros, mas argumentou que essa é uma política do governo federal. Não tocou, contudo, no fato de que tratou-se de uma iniciativa do governo do PSDB, nem tampouco respondeu à nossa ponderação de que o Estado de São Paulo teria peso político para contrapor-se a tal diretriz.

Lembramos ao governador que os 11,6% são uma reivindicação histórica das nossas universidades. Ele retrucou que elas já representam um terço de toda a verba destinada à educação no Estado. Observamos, porém, que o valor é inferior a um terço, pois o repasse das universidades vincula-se ao ICMS, enquanto o repasse para a educação vincula-se ao total de receitas tributárias líquidas (além do que a Constituição regula o mínimo e não o máximo de recursos).

Mesmo com a resistência de Alekmin em elevar para 11,6% o repasse, a delegação do Fórum das Seis insistiu em medidas que podem alterar o quadro de recursos para as

universidades, como a incorporação do montante que vem sendo destinado separadamente para a expansão, bem como a constitucionalização do repasse de 9,57% (já aprovado em primeira instância na Assembléia Legislativa).

Seria um avanço, também, se ele passasse a ser vinculado à receita tributária líquida e não apenas ao ICMS. Também cobramos do Governador que suspenda o decreto-lei 48.034/03. Alekmin admitiu ser possível discutir a incorporação da verba da expansão extra-cota ao orçamento das universidades, em reunião com o Secretário de Ciência e Tecnologia.

## Reunião com Meirelles

Com relação à resposta a essas reivindicações, Alekmin indicou que se fizesse uma reunião com o secretário João Carlos de Souza Meirelles, da Ciência e Tecnologia. Meirelles, que participou do encontro, comprometeu-se a marcar a data da reunião tão logo voltasse a São Paulo, na segunda-feira, 21/6.

## TJ concede liminar à Adusp em mandado de segurança coletivo contra o subteto

O Tribunal de Justiça (TJ-SP) concedeu, em 26/5, liminar no mandado de segurança coletivo da Adusp contra o subteto estabelecido pela Emenda Constitucional 41/03. O processo tem o nº 113.715.0/2-00. A iniciativa de ingressar com mandado de segurança coletivo contra o subteto foi aprovada em assembléia geral da Adusp de 29/4.

O despacho do Presidente do TJ diz o seguinte: “Defiro a liminar para os fins que veiculada, a fim de que, por

força do Decreto citado, não se reduza a remuneração dos associados da Impetrante, determinando-se seja notificada a autoridade coatora para que possa prestar informações. Após, à Procuradoria Judicial, voltando conclusos. Intime-se.”

Muitos docentes aposentados, beneficiários de pensão, sofreram corte no valor de seus benefícios previdenciários, motivado pelo entendimento que o Ipesp tem da EC 41/03, por meio da qual o governo federal realizou “reforma previden-

ciária” que fixou teto para a percepção de benefícios — no caso dos servidores da USP, os vencimentos do Governador do Estado.

Para o Ipesp, a soma pelo valor bruto dos benefícios de pensão e aposentadoria deve sofrer o limite imposto pelo teto para aquele que acumula os dois benefícios. Nossos advogados, inversamente, sustentam que esse corte é inconstitucional: benefícios de natureza distinta, e que se originam de pessoas diferentes, não podem sofrer o limite do teto.

# Governo e Reitores respondem às pressões do movimento

Ação dos docentes, funcionários e alunos em greve abre espaço na sociedade para discutirmos a importância das universidades públicas na produção do saber e, portanto, na constituição de uma nação soberana, capaz de desenvolver-se de modo autônomo e auto-sustentado. Permite que discutamos a necessidade premente de se aumentar os recursos para a educação pública como um todo, e para o ensino superior em particular.

Não é concebível que o Estado mais rico do Brasil atenda tão somente 1,8% dos jovens entre 18 e 24 anos em instituições públicas de ensino superior. Jamais isso será superado com um investimento de apenas 3,5% do PIB paulista em educação (0,5% a menos do que o total brasileiro), sendo que tão somente 0,8% destina-se ao ensino superior. Tanto pior quando patrimônios públicos inestimáveis como a USP, Unesp, Unicamp e Ceeteps vêm-se ameaçados pela política de reajustes ZERO do governo do Estado, agora também assimilada pelos Reitores.

A greve estimula este debate. Em seus 25 dias de maturação a participação foi crescendo e contamos agora com uma importante adesão dos estudantes. Inúmeras matérias na mídia têm dado espaço às nossas ações, destacando-se as duas passeatas conjuntas desde o Masp até a Assembléia Legislativa, onde atuamos junto aos deputados para que apoiem nossas emendas por 11,6% de repasse do ICMS para as universidades e 2,1% para o Centro Paula Souza. O fechamento da entrada da USP por servido-

res e estudantes, assim como a ocupação do prédio da Reitoria da Unesp, também acabaram dando bastante destaque à luta pelo financiamento adequado das universidades.

Estas ações públicas, aliadas ao peso social de nossa greve, começam a surtir efeito. Os Reitores finalmente demonstram disposição em sair do zero, enquanto começamos a incomodar o Governador do Estado, que nos recebeu para discutir nossas reivindicações. O que conseguimos até o momento é pouco, mas já é significativo diante do difícil quadro conjuntural brasileiro:

1. Na última rodada de negociações os Reitores apresentaram parâmetros para uma política salarial que começa a oferecer perspectiva de que venhamos a ter reajuste em outubro/04 (estimado em 1,6%) e janeiro/05 (estima-se mais 1,8%, completando um total de cerca de 3,4%).

2. Conseguimos recolocar em debate, na sociedade e na Assembléia Legislativa, a situação das universidades estaduais paulistas e a necessidade de que tenham um maior repasse de verbas, defendendo que seja o valor histórico de 11,6% do ICMS.

3. Estamos pressionando o governo para retirar o Decreto Lei 48.034/03 que diminui o valor bruto da arrecadação de ICMS, reduzindo o repasse para as universidades e todas outras receitas vinculadas, como Educação, Fapesp, Municípios.

4. Pressionamos o governo, também, para devolver às universidades o produto do confisco previdenciário de 5% (queremos que volte para os salários).



Assembléia dos estudantes realizada no dia 14/6

## Estimativa de Reajuste pela fórmula de Política salarial

Origem da referência	Referência para cálculo do excedente de arrecadação (R\$bi)	Estimativa de reajuste		
		Outubro/04	Janeiro/05	Total
Orçamento do Estado	31,2	6,0%	2,5%	8,6%
Intermediário	32,0	3,1%	2,0%	5,1%
Proposta do Cruesp	32,4	1,6%	1,8%	3,4%

5. Nossa mobilização arrancou uma audiência com o governo do Estado, que recebeu nossas reivindicações, particularmente de aumento do repasse, combate à sonegação fiscal, e ouviu nossas críticas à expansão sem qualidade. Alekmin propôs uma reunião com o Secretário da Ciência e Tecnologia, Meirelles, para responder às nossas questões (veja matéria na página 3).

Consideramos indispensável intensificar nossa greve

nesta semana, reforçando as mobilizações conjuntas com o Fórum das Seis e DCEs. Isso será fundamental para arrancarmos um índice de reajuste nesta data-base e melhorarmos os parâmetros oferecidos até agora na fórmula de política salarial (veja possibilidades na tabela).

Neste contexto, ganha importância a campanha que estamos preparando para tirar os serviços públicos da política de reajustes zero do

governo do Estado: “O Fórum das Seis adverte: Zeroaldo Alekmin faz mal à saúde e à educação”. É fundamental, ainda, a participação de todos no ato unificado com os demais servidores, na próxima sexta-feira, em frente ao Palácio dos Bandeirantes. Ele certamente aumentará nossa capacidade de pressionarmos pela valorização dos serviços públicos — em particular, das universidades paulistas e do Ceeteps.

6ª feira,  
25/6

**Visita coletiva ao governador Zeroaldo Alekmin!**

Passeata e grande ato diante do Palácio dos Bandeirantes.  
(horário e local de saída a definir) Contamos com você!